

Para uma política cultural nos Açores, XI | 2



Vasco Rosa

Ainda Governo Regional e municípios

Se a cooperação entre Governo Regional e municípios representa um eficaz acelerador de desenvolvimento e inclusão cultural, como tentei demonstrar na primeira parte deste artigo, as autarquias têm competências específicas de especial importância, pois a percepção mais precisa das realidades de proximidade, diferenciadas de ilha para ilha ou até de terra para terra numa mesma ilha, afina o alcance da boa governança, que é a que vai do local ao geral, do pequeno ao grande sem nunca perder o valor estratégico dum olhar de longo prazo. Todavia, duas condições são indispensáveis à credibilidade desse poder político: *autarcas altamente qualificados*, a grande distância do tal cartão partidário que dum dia para o outro fez deles candidatos instantâneos à gestão de câmaras e freguesias; e *serviços municipais empenhados* em servir e cumprir sob quaisquer tutelas — afirmando um funcionalismo público garboso e dignificante, sacudindo velhos anátemas, aqui e ali justificados.

Governar bem não é fazer o que aparentemente facilita a renovação dos mandatos, como pão e circo para todos ou atender a insatisfeitos estridentes: consiste, antes, numa avaliação contínua do que deve e pode ser feito com os meios disponíveis — por exemplo apoiando com *recursos plurianuais* entidades com provas dadas e outras que, estando a começar, desenham já vantagens relevantes em contextos comunitários de proximidade: desde companhias de teatro a rádios locais, desde clubes navais com cursos de remo e vela em botes baleeiros (e secções museográficas) a cooperativas de artesanato e afins. E se importa sublinhar que só apoios plurianuais garantem estabilidade e permitem projectar a prazo, desta maneira também se evita perder tempo com avaliações repetidas, orçamento após orçamento, havendo claras evidências dum bem fazer e dum benefício comum. Em contrapartida, grandes festivais de música podem até ser o ex-líbris duma ilha com um único município, mas têm uma irrefutável vocação comercial *que os garante*, e Semanas do Emigrante com cartazes estapafúrdios — e gastos absurdos, mas ainda assim havendo compita entre autarquias!!... — não devem absorver recursos tais que deixam à míngua o que no restante calendário anual possa ser feito em favor das populações residentes e do património material e imaterial que lhe corresponde.

O apoio financeiro a bandas filarmónicas deve ser dado pelos municípios e por patrocinadores locais, *e só por eles* (e há sempre o possível apelo a diásporas em visita...), para que o Governo Regional, pelo seu lado, assegure bolsas a jovens instrumentistas que nelas se destaquem e queiram estudar num Conservatório dos Açores com instalações irrepreensivelmente modernas e um professorado de categoria. Do mesmo modo, o melhor artesanato deve ser valorizado regional, nacional e até internacionalmente, com certificações, transmissão intergeracional de técnicas e modelos, rede comercial estabelecida, propaganda, livros, um *website* e outras acções que vão muito para além da capacidade de realização e do fôlego financeiro da sua origem — e esta terá de ser uma boa tarefa do Governo Regional.

Depois, não há motivo para continuar a misturar «alta cultura» e «baixa cultura» em concursos de financiamento público. Nem os júris de uma garantem as melhores decisões para a outra (e vice-versa), nem a cultura dita popular deve ser desqualificada, como coisa menor que não é, como Vitorino Nemésio demonstrou sublimemente — há 74 anos! — com *Festa Redonda. Décimas e cantigas*

de terreiro dedicadas ao povo da Ilha Terceira por [...], natural da dita ilha. Mas alto lá: também a protecção e revivificação do cânone literário e artístico, e o estímulo da criação contemporânea — essa dupla essencial —, não podem correr o risco de ser secundarizados por escolhas institucionais *com despudorada motivação eleitoralista* e que pouco se importem se o preço por vitórias nas urnas for o de nivelar por baixo o que, já de si, está longe de ser alto...

O regime de mão estendida e subsidiodependência crónica será sempre de evitar: é um instrumento de controlo político (e será ainda maior, havendo proximidade máxima), além de uma afiada faca de dois gumes contra a qual todas as formas legítimas de *financiamento alternativo* devem ser ensaiadas, para que a liberdade e o sonho não sejam postos em perigo. Esta ideia pode chocar alguns (que estimo), mas realisticamente não vejo melhor forma de *sustentabilidade regular*, por ninguém ficar refém duma única fonte de patrocínios, que condições do momento podem suspender, colapsando projectos e compromissos. Um exemplo prático: alguém imagina relançar *Almas Cativas* de Roberto de Mesquita seguindo a edição da *Ática*, preparada com excelência por Pedro da Silveira em 1972. O poeta é de Santa Cruz das Flores e o literato das Lajes das Flores, porém os dois autarcas da ilha — por estranhos motivos — não se falam nem cooperam sequer em matérias de urgência e gravidade, donde ninguém esperará que o queiram fazer sobre tão ínfimo assunto. Não poderão os 5000 € necessários a essa reimpressão ser obtidos por subscrição promovida entre particulares de toda a ilha e até de fora dela? Claro que sim, e não custa tentar. Se meia dúzia de iniciativas deste tipo frutificarem nos Açores, e forem conhecidas em todo o arquipélago, não levariam a que mais caturras locais acreditassem ser possível reeditar, por exemplo, admiráveis porém esquecidos trabalhos históricos, etnográficos ou memorialísticos?

Cabe também dizer que os municípios não devem ser editores. Não é apenas o facto de não terem vocação ou capacidade de distribuição instalada, é sobretudo porque a boa vontade de uns e a pretensão de outros não bastam para cumprir as funções oficiais de edição e design de livros, mais o rigoroso domínio dos custos industriais que lhe estão associados. O tosco grafismo dos boletins municipais, que conhecemos, está nos antípodas da qualidade estética de publicações que já aproveitam e exibem a informada criatividade contemporânea existente nos Açores, e que importa valorizar — por exemplo, encomendando-lhe a renovação do design expositivo de museus municipais ou a modernização visual e tecnológica (com códigos QR) de roteiros culturais e históricos urbanos, ou paisagísticos.

Um impulso renovador contemporâneo que modernize a cultura dos Açores num período em que estão sob intensa curiosidade internacional pelas suas condições únicas para o turismo de natureza, devia ser o centro dum debate público *implicando todos*, em diferentes postos e escalões. E um debate que discuta também a admissão de candidatos independentes às eleições municipais, não só pelo esforço de qualificação dos seus que isso exigiria aos dois partidos dominantes e pela quebra do absentismo que uma tal luta de ar fresco poderia produzir, mas também pela expectativa de uma grande renovação política, meio século decorrido sobre o início da Autonomia.